



FELIPE TEIXEIRA
NETO

RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

DA FRAGMENTARIEDADE
À RECONSTRUÇÃO
SISTEMÁTICA

2022 © Editora Foco
Autor: Felipe Teixeira Neto
Diretor Acadêmico: Leonardo Pereira
Editor: Roberta Densa
Assistente Editorial: Paula Morishita
Revisora Sênior: Georgia Renata Dias
Revisora: Simone Dias
Capa Criação: Leonardo Hermano
Diagramação: Ladislau Lima e Aparecida Lima
Impressão miolo e capa: FORMA CERTA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

T266r Teixeira Neto, Felipe
Responsabilidade civil objetiva: da fragmentariedade à reconstrução sistemática
/ Felipe Teixeira Neto. - Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2022.
320 p. : 17cm x 24cm.
Inclui bibliografia e índice.
ISBN: 978-65-5515-400-9
1. Direito. 2. Direito civil. 3. Responsabilidade civil. 4. Revisão. I. Título.
2021-4251 CDD 347 CDU 347

Elaborado por Odilio Hilario Moreira Junior - CRB-8/9949

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito civil 347
2. Direito civil 347

DIREITOS AUTORAIS: É proibida a reprodução parcial ou total desta publicação, por qualquer forma ou meio, sem a prévia autorização da Editora FOCO, com exceção do teor das questões de concursos públicos que, por serem atos oficiais, não são protegidas como Direitos Autorais, na forma do Artigo 8º, IV, da Lei 9.610/1998. Referida vedação se estende às características gráficas da obra e sua editoração. A punição para a violação dos Direitos Autorais é crime previsto no Artigo 184 do Código Penal e as sanções civis às violações dos Direitos Autorais estão previstas nos Artigos 101 a 110 da Lei 9.610/1998. Os comentários das questões são de responsabilidade dos autores.

NOTAS DA EDITORA:

Atualizações e erratas: A presente obra é vendida como está, atualizada até a data do seu fechamento, informação que consta na página II do livro. Havendo a publicação de legislação de suma relevância, a editora, de forma discricionária, se empenhará em disponibilizar atualização futura.

Erratas: A Editora se compromete a disponibilizar no site www.editorafoco.com.br, na seção Atualizações, eventuais erratas por razões de erros técnicos ou de conteúdo. Solicitamos, outrossim, que o leitor faça a gentileza de colaborar com a perfeição da obra, comunicando eventual erro encontrado por meio de mensagem para contato@editorafoco.com.br. O acesso será disponibilizado durante a vigência da edição da obra.

Impresso no Brasil (11.2021) – Data de Fechamento (11.2021)

2022

Todos os direitos reservados à
Editora Foco Jurídico Ltda.
Avenida Itororó, 348 – Sala 05 – Cidade Nova
CEP 13334-050 – Indaiatuba – SP
E-mail: contato@editorafoco.com.br
www.editorafoco.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	III
PREFÁCIO.....	VII
INTRODUÇÃO	XV

1ª PARTE OS FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

CAPÍTULO 1 – O RISCO E O SEU PAPEL NA LEGITIMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	3
1. As teorias fundadas no risco e o seu desenvolvimento.....	3
1.1 A gênese dogmática do risco enquanto fundamento da responsabilidade objetiva	4
1.1.1 As teorias negativas	5
1.1.2 As teorias construtivas	10
1.2 Os principais desenvolvimentos contemporâneos da teoria do risco.....	15
1.2.1 O Risco profissional	15
1.2.2 O risco criado	21
1.2.3 A exposição ao perigo	24
2. As teorias do risco na legitimação unitária da responsabilidade objetiva.....	29
2.1 Responsabilidade civil pelo fato da coisa	31
2.1.1 Responsabilidade por danos causados pela coisa em custódia.....	31
2.1.2 Responsabilidade por danos causados por animais.....	34
2.1.3 Responsabilidade por danos decorrentes de edifícios ou obras	37
2.2 Responsabilidade civil pelo fato de outrem.....	40
2.2.1 Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos sob sua guarda	41

2.2.2 Responsabilidade do comitente.....	45
3. A (in)suficiência do risco como fundamento unitário da responsabilidade objetiva.....	48
CAPÍTULO 2 – FUNDAMENTOS ALTERNATIVOS AO RISCO NA LEGITIMAÇÃO DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA	53
1. O princípio da equidade	53
1.1 Equidade e responsabilidade civil	54
1.1.1 Por uma noção de equidade	55
1.1.2 Equidade e justiça distributiva	58
1.2 Equidade, equilíbrio social e imputação objetiva	60
1.2.1 Responsabilidade civil, distribuição dos danos e o papel da equidade ...	60
1.2.2 A (in)suficiência da equidade enquanto fundamento da responsabilidade.....	64
2. O princípio da prevenção	67
2.1 Prevenção em sentido alargado e evitabilidade de danos	68
2.1.1 Prevenção, precaução, risco e perigo.....	68
2.1.2 Evitabilidade de danos e responsabilidade civil	72
2.2 Responsabilidade objetiva e princípio da prevenção	75
2.2.1 Prevenção e imputação sem culpa: um cotejo necessário	75
2.2.2 Uma legitimação possível a partir do princípio da prevenção?.....	78
3. O princípio da solidariedade	81
3.1 A noção jurídica de solidariedade e o juízo de imputação de danos.....	82
3.1.1 Por uma demarcação da atual noção jurídica de solidariedade.....	83
3.1.2 Solidariedade, “alterum non laedere” e gestão de danos.....	87
3.2 Responsabilidade objetiva e princípio da solidariedade	90
3.2.1 A solidariedade enquanto fundamento da imputação objetiva	90
3.2.2. A solidariedade e o reagrupamento da fragmentariedade	94

2ª PARTE

A ESTRUTURA DA RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA

CAPÍTULO 3 – OS PRESSUPOSTOS SUBJETIVOS	103
1. A imputabilidade	103
1.1 Premissas teóricas.....	104

1.2	Imputabilidade e responsabilidade objetiva	106
1.2.1	A posição da doutrina	107
1.2.2	A posição da jurisprudência	109
1.3	As soluções em matéria de inimputabilidade	110
1.3.1	Responsabilidade indireta	111
1.3.2	Responsabilidade subsidiária	112
2.	A ilicitude	114
2.1	Ilicitude, antijuridicidade e injustiça	115
2.1.1	A convergência teórica entre as designações “ilicitude” e “antijuridicidade”	116
2.1.2	O conteúdo atual do pressuposto da ilicitude/antijuridicidade	119
2.1.3	A injustiça do dano e a sua correlação com a noção de ilicitude	123
2.2	Ilicitude e responsabilidade objetiva	127
2.2.1	O pressuposto da ilicitude no juízo de imputação objetiva	128
2.2.2	A problemática das causas de justificação	131
2.2.3	A problemática do abuso de direito	136
3.	O papel da conduta em um regime geral de responsabilidade objetiva	140
CAPÍTULO 4 – OS PRESSUPOSTOS OBJETIVOS		145
1.	O dano	146
1.1	A construção da noção jurídica de dano	147
1.1.1	O dano em sentido naturalístico	147
1.1.2	A juridicização do dano	149
1.1.3	O dano juridicamente relevante	152
1.2	Dano juridicamente relevante e imputação objetiva	155
1.2.1	O elemento qualificador do dano	156
1.2.2	O paradigma do dano injusto	159
1.2.3	Por uma noção de dano útil à responsabilidade objetiva	163
2.	O nexo de causalidade	168
2.1	A demarcação do nexo causal relevante à responsabilidade civil	170
2.1.1	Da causalidade fática à causalidade jurídica	171
2.1.2	As teorias ditas clássicas sobre a causalidade	175
2.1.3	As teorias normativas da causalidade	179

2.2	Imputação objetiva e casos difíceis em matéria de causalidade	183
2.2.1	Causalidade múltipla e concurso de imputações	183
2.2.2	Nexo causal e dano previsível	189
2.2.3	A interrupção do nexo causal e a exclusão da responsabilidade.....	194
3.	O papel do dano (e da sua causalidade) num regime geral de responsabilidade objetiva	200

3ª PARTE
POR UM REGIME GERAL
DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA
FUNDAMENTO, ESTRUTURA E FUNÇÃO

CAPÍTULO 5 – BASES PARA A RECONSTRUÇÃO UNITÁRIA DE UM REGIME GERAL DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA.....		207
1.	O fundamento unitário da responsabilidade civil objetiva e o seu papel na construção de um regime geral de imputação	207
1.1	Responsabilidade objetiva e balanceamento de interesses	208
1.1.1	A noção atual de responsabilidade civil e o papel da ponderação entre os interesses do lesante e do lesado.....	208
1.1.2	A seleção dos danos ressarcíveis no regime geral de imputação objetiva	213
1.2	O princípio da solidariedade e a unidade da responsabilidade objetiva.....	218
1.2.1	A concretização da noção jurídica de solidariedade por meio da responsabilidade objetiva	219
1.2.2	O princípio da solidariedade enquanto filtro da reparação.....	222
2.	Os pressupostos da imputação objetiva e a reestruturação da ideia de responsabilidade civil.....	226
2.1	Elementos para uma reconstrução unitária.....	227
2.1.1	As reminiscências dos pressupostos subjetivos.....	227
2.1.2	A releitura dos pressupostos objetivos.....	232
2.2	Responsabilidade civil objetiva e revisão dogmática.....	235
2.2.1	A centralidade do conceito normativo de dano	236
2.2.2	A operatividade da noção juridicizada de nexo causal.....	239
CAPÍTULO 6 – A FUNCIONALIDADE DO REGIME GERAL DE RESPONSABILIDADE OBJETIVA: EXAME A PARTIR DA IMPUTAÇÃO DECORRENTE DOS DANOS AMBIENTAIS		245

1. A responsabilidade civil ambiental e o juízo de ponderação que se concretiza por meio da imputação objetiva.....	246
1.1 Considerações preliminares acerca da problemática envolvendo a responsabilidade civil e a gestão dos danos ambientais.....	247
1.2 Responsabilidade civil por danos ambientais, imputação objetiva e ponderação de interesses à luz do princípio da solidariedade.....	251
2. A estrutura da responsabilidade civil ambiental como meio de concretização da utilidade de um regime geral de imputação objetiva.....	258
2.1 O conceito normativo de dano ambiental e a operacionalização do regime geral de responsabilidade civil objetiva a ele associado.....	259
2.2 A noção jurídica de causalidade em matéria ambiental e a efetivação do regime geral de responsabilidade civil objetiva correspondente.....	263
CONCLUSÃO.....	267
REFERÊNCIAS.....	279